

Maria Ruth Sousa Dantas de Araújo\*

## A interpretação: entre o sentido e o real

‘Deixa lá dizer Pascal que o homem é um caníço pensante. Não; é uma errata pensante, isso sim. Cada estação da vida é uma edição, que corrige a anterior, e que será corrigida também, até a edição definitiva, que o editor dá de graça aos vermes.’

*Machado de Assis (Memórias Póstumas de Brás Cubas)*

A questão da interpretação, da atribuição de sentido a um texto ou discurso, vem ocupando, desde a antiguidade, uma infinidade de pensadores. Tema de imensa complexidade, a interpretação é uma idéia que traz implícita uma série de posicionamentos filosóficos, epistemológicos, lingüísticos – que incluem, entre outros, uma concepção de sujeito, de realidade, de linguagem, de sentido, da verdade – que torna problemático até mesmo o debate entre representantes das diversas correntes existentes.

Meu objetivo neste trabalho é demarcar as diferenças entre as posições de Umberto Eco e Richard Rorty – tal como enunciadas no livro “Interpretação e superinterpretação” – a partir da perspectiva, promovida pela psicanálise laciana, da constituição do sujeito pela linguagem.

O debate entre Eco e Rorty gira em torno da natureza da interpretação. Em linhas gerais, Eco defende a idéia de que há critérios para a interpretação, ou seja, de que esta tem limites. Procurando “revisitar as raízes arcaicas do debate contemporâneo sobre o significado de um texto”, Eco traça duas grandes linhas, uma delas tendo origem no racionalismo grego e a outra na tradição hermética. Para o racionalismo grego, conhecer significa entender as causas, sendo a cadeia causal concebida como linear e sustentada por princípios que são os da lógica clássica. Nesta tradição, uma coisa é verdade quando pode ser explicada, quando pode ser reconduzida às suas causas. Este é o modelo

---

\* Psicanalista. Membro da DG-Natal da Escola Brasileira de Psicanálise.

que até hoje domina as ciências, a matemática e a lógica. Já a tradição hermética busca a verdade que está para além dos textos, pois nenhum é capaz de revelá-la por inteiro, constituindo-se apenas em manifestações parciais da mesma. “A verdade passa a identificar-se com o que não é dito ou com o que é dito de forma obscura e deve ser compreendido além ou sob a superfície de um texto”. Além disso, como a verdade é secreta, a interpretação é indefinida, já que toda apreensão de um sentido só fará deslocar o segredo para mais adiante. Desta forma, a interpretação é impotente para revelar a verdade última. É no interior desta tradição que Eco situa as teorias da interpretação que preconizam a soberania do leitor sobre o texto, e que favorecem o que ele chama de superinterpretação.

Para evitar cair no extremo, no qual incorrem as semióticas herméticas, Eco vai propor critérios que permitirão, se não dizer que uma interpretação é boa, ao menos afirmar que ela não é ruim. Ele menciona os critérios de economia textual, de isotopia semântica e de coerência textual, que consistiriam num conjunto, o mais simples possível, de princípios, de categorias semânticas, que permitiriam a leitura uniforme de um texto, respeitando sua coerência interna. Com estes critérios, Eco visa “manter um elo dialético entre a *intentio operis* e a *intentio lectoris*, ou seja, nem o sentido encontra-se de saída na obra, nem é uma criação de um leitor a partir da obra como pré-texto. A interpretação seria assim a resultante deste dois vetores – obra e leitor – e, assim sendo, seria impossível preconizar qualquer primazia de um sobre o outro.

O interlocutor privilegiado de Eco nestas conferências é sem dúvida Rorty, enquanto um expoente das teorias que conferem ao leitor toda autonomia frente à obra. Para este autor, não há qualquer distinção entre *interpretar* textos e *usar* textos, pois “tudo o que alguém faz com alguma coisa é usá-la. Interpretar alguma coisa, conhecer alguma coisa, penetrar na sua essência, e assim por diante, tudo isso são apenas diversas formas de descrever um processo para fazê-la funcionar.” O texto é assim concebido como um conjunto de ruídos e sinais que servem de estímulo ao um leitor que, usando-os segundo seus propósitos e interesses do momento, dá a eles a interpretação que melhor lhe convier. Para ele, a coerência interna de um texto não é algo que se encontra *no* texto, mas uma criação do intérprete: deve-se ao fato de ele ter podido dizer algo interes-

sante sobre esse conjunto de sinais e ruídos. Enquanto Eco distingue dois pólos em relação dialética – o texto e o leitor – Rorty afirma que não podemos “traçar uma linha entre aquilo sobre o que estamos falando e o que estamos dizendo disso, exceto por referência a um propósito particular, a alguma *intentio* particular que *nós* tenhamos no momento.” E ele aponta que esta diferença entre sua posição e a de Eco funda-se em concepções distintas sobre a linguagem: enquanto Eco considera signos e textos como algo muito diferente de outros objetos, para Rorty não há uma distinção filosófica interessante entre linguagem e fato, entre signos e não-signos, tudo parecendo se reduzir a estímulos, aos quais se reage emitindo frases que, por sua vez, são estímulos aos quais se pode reagir, e assim *ad infinitum*.

Curiosa discussão. Um diz: há obra. Outro diz: há leitor. Ambos fundamentados em respeitáveis tradições filosóficas. Para que se possa ter uma perspectiva que permita confrontá-los, farei uma breve incursão pelos aspectos do processo de constituição do sujeito pela linguagem que têm relevância para este objetivo.

Freud dá início a seu trabalho de elaboração da psicanálise a partir do momento em que ele toma uma série de fenômenos até então considerados como da ordem do aleatório, do irracional (sintomas, sonhos, atos falhos) e afirma que eles são dotados de sentido. Nisto ele procedeu como todos aqueles que criaram um campo de saber. O escândalo que a psicanálise vem depois provocar deve-se a, na medida mesma em que parecia ampliar o campo do sentido que descobrira, Freud continuamente se deparar com um irredutível a este campo, que ele chamou, em diferentes momentos de sua obra, de umbigo do sonho, recalque originário, pulsão de morte, feminino.

Foi com Lacan que pudemos unificar estes conceitos freudianos sob a noção de Real. Introduzindo na psicanálise a reflexão sobre a linguagem, Lacan possibilitou que muitas das formulações de Freud até então enigmáticas ou obscuras fossem elucidadas.

A linguagem passa a ter, com Lacan, um lugar de primazia na constituição do sujeito. No processo de subjetivação, é no lugar do Outro, e pela via do significante, que o sujeito tem que se constituir. O Outro, enquanto tesouro dos significantes,

não poderá, entretanto, abrigar o sujeito em sua totalidade, dada a heterogeneidade radical entre as duas ordens de coisas em jogo: a linguagem e um corpo vivo. [Lacan vai fundar aí sua noção de inconsciente: “Esta exterioridade do simbólico com relação ao homem é a noção mesma de inconsciente”]. Desta operação de inscrição do sujeito na linguagem vai decorrer um resto, o objeto *a*. Trata-se aqui de um conceito forjado por Lacan para dar conta daquilo que do sujeito fica para sempre irrepresentável, insubjetivável, mas que, em virtude da incompletude do sujeito, vai funcionar como causa de desejo, vai forçar o sujeito a buscar sempre. Este real em jogo na intimidade mesma da constituição subjetiva é aquilo que Freud chamou de objeto perdido. A perda de que se trata aqui não é da ordem de uma contingência, mas estrutural. A algaravia infinita a que os humanos se prestam desde o início dos tempos nada mais é que o efeito desta perda, da impossibilidade do simbólico recobrir o real, do sentido dar conta do real.

Jorge Forbes, numa conferência sobre O Parceiro-sintoma, faz uma distinção bastante oportuna para o que estou visando aqui. Para ele a ciência seria uma prática que trabalha com o real sem sentido, a retórica trabalharia com o sentido sem real, enquanto que a psicanálise, tomando algo da ciência e algo da retórica, visaria trabalhar com um real com sentido, onde se modifica o real a partir do sentido. O avanço do saber da ciência sobre o real deixa o sentido de fora. Já na retórica observa-se a desistência de levar o saber ao real, valendo-se portanto da persuasão, do convencimento.

Esta distinção entre sentido e real permite situar melhor em que consiste a dissensão entre Eco e Rorty. Quanto a Eco, podemos aproximá-lo do campo psicanalítico por uma série de razões. Em primeiro lugar, ele preserva uma alteridade entre obra e leitor, e não reduz tudo a signos, como faz Rorty. Ao preconizar a coerência interna do texto como algo que resiste ao leitor e o obriga a trabalhar, podendo levá-lo até a ver frustradas suas expectativas, Eco parece supor o texto como produto de um sujeito desejante, movido por algo que é radicalmente outro em relação ao leitor. O surpreendente em Rorty é que não há qualquer suposição de sujeito em relação a um texto. Rorty diz que não podemos localizar um ponto que separe aquilo sobre o que falamos e o que estamos dizendo. Se por um lado ele tem razão, no sentido de que o sujeito é sempre relati-

vo ao Outro, por outro lado, ele exclui completamente a alteridade e cai numa espécie de solipsismo. Há em Rorty uma evidente recusa do real quando ele afirma que “as rochas e os quarks são justamente mais trigo no moinho do processo hermenêutico de criar objetos falando deles.” Neste sentido, ele poderia ser enquadrado no campo da retórica, onde o trabalho se dá no plano do sentido, sem que entre em consideração o real. Inclusive ele afirma que uma das necessidades que move o intérprete é justamente a de “convencer outras pessoas de que estamos certos”, o que vem a ser, juntamente com o relativismo, a marca desta posição.

A interpretação só existe enquanto atividade humana, ela só é necessária, se pensarmos que há um desacordo entre a linguagem e o real. Caso a linguagem recobrisse o real sem falhas, teríamos um mundo absolutamente unívoco. É portanto este desacordo que está na base de toda a atividade de interpretação. Aceitar este desacordo é condição de se aceitar a interpretação como atividade legítima, independentemente de como se pense que deva se proceder. Talvez por esta razão Rorty fale em uso e não em interpretação, na medida em que, afirmando que tudo é signo, não há efetivamente o que interpretar.

Freud, na carta a Fliess n. 52, faz uma descrição do psiquismo como sendo gerado por estratificação sucessiva, “pois de tempo em tempo o material preexistente de traços mnêmicos experimenta um *reordenamento* segundo novos nexos, uma *retranscrição*.” Ele supõe, então, uma sucessão de instâncias nas quais ficariam armazenadas as sucessivas retranscrições. A primeira delas, que ele chamou de P, designam neurônios onde se geram as percepções. A segunda instância, Ps, diz respeito aos signos de percepção e consiste na primeira transcrição das percepções. As instâncias seguintes (Ic-Inconsciência; Prc-Preconsciência; e Cs-Consciência) são também retranscrições. Note-se que ele parte de algo que não é da ordem do signo e faz com que lhe sucedam signos a cada etapa retranscritos. Podemos pensar que é nesta articulação entre P e Ps que se instaura o desacordo a que me referia acima. E a cada uma destas transcrições e retranscrições podemos supor uma perda e, em decorrência, uma ampliação das possibilidades de interpretação. A multiplicidade de interpretações possíveis decorre, então, da própria estrutura psíquica. Mas ela não é infinita, pois tem uma ancoragem no real, representada no esquema freudia-

no pela instância P. Se em Freud essa ancoragem se apresenta na origem, não deixa de ser sugestivo o texto de Machado de Assis, que fala de uma “edição definitiva”, um ponto final que decide da interpretação, mas neste caso trasladado para o *fim*, na morte, uma das figuras do real.

### Resumo

A partir da perspectiva lacaniana, que atribui à linguagem uma lugar de primazia na constuição do sujeito, esse trabalho confronta as abordagens de Umberto Eco e de Richard Rorty sobre a natureza da interpretação.

### Résumé

Ce travail cherche à confronter les positions de U. Eco et de R. Rorty sur la nature de l'interprétation, à partir de la perspective lacanienne.

### Referências

ECO, H. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

FREUD, S. *Fragmentos da correspondência com Fliess*. In: *Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1992

LACAN, J. *Seminário X: Angústia*. Edição mimeografada.